

HISTÓRICO E TRATAMENTO DE ACERVOS MUSICAIS NA BIBLIOTECA NACIONAL

Luciana Grings
Fundação Biblioteca Nacional
luciana.grings@bn.gov.br

Resumo: Apresenta o histórico e a situação atual da Divisão de Música e Arquivo Sonoro da Fundação Biblioteca Nacional, o maior centro de documentação musical da América Latina. Descreve as principais atividades da Divisão e seus desafios, com ênfase na composição do acervo, seu tratamento técnico e possibilidades de atendimento proporcionadas pelos serviços online.

Palavras-chave: Biblioteca Nacional (Brasil). Divisão de Música e Arquivo Sonoro; Bibliotecas de música – Brasil; Bibliotecas – Coleções especiais.

HISTORY AND TREATMENT OF MUSICAL COLLECTIONS IN THE NATIONAL LIBRARY

Abstract: Presents the history and current situation of the Division of Music and Sound Archive of National Library Foundation of Brazil, the largest center for musical documentation of Latin America. Describes the main activities of the Division and its challenges, with emphasis on the composition of the collection, its technical treatment and the care possibilities provided by online services.

Keywords: National Library (Brazil). Division of Music and Sound Archive; Music libraries – Brazil; Library special collections.

Colecionismo musical: a formação de acervos

Que o colecionismo é uma atividade inerente ao ser humano ninguém duvida: todos somos seduzidos e estimulados a acumular artefatos – em algumas esferas para construir um patrimônio, em outras como uma forma de diversão, mas sempre como um mecanismo diferencial na construção de uma identidade. Exemplo típico disso são as bibliotecas nacionais, nascidas como demonstração de acumulação de conhecimento dos monarcas europeus e que, modernamente, servem como uma amostra fidedigna da identidade cultural do país a que servem, através da acumulação e tratamento de sua produção bibliográfica e documental.

No caso do colecionismo musical, pode-se dizer que em determinada época ele prescindiu dos objetos, sendo focado nos compositores e instrumentistas, artistas que, no período clássico, viviam sob os auspícios da realeza a fim de exibir seu talento nos círculos sociais da Corte. Em determinados casos cabia-lhes o cargo de *Kapellmeister*, o mestre da capela, responsável por compor e dirigir oficialmente a música executada para a nobreza. Mozart, para citarmos um exemplo bastante conhecido, ainda enquanto criança prodígio apresentou-se para a corte da Áustria e, mais tarde, tornou-se compositor lá mesmo, antes de abdicar da vida de “empregado” para buscar uma composição própria e emancipada dos interesses reais. Ainda assim, os artefatos musicais já existentes – partituras, manuscritos, libretos – atraíam o interesse dos nobres e grandes coleções destes documentos foram-se formando durante os séculos XVIII e XIX.

No final do século XIX, a tecnologia propiciou o aparecimento das mídias para registros e gravação sonoras, em cilindros de cera e, principalmente, placas circulares negras de goma laca para reprodução em gramofones: os discos de 78 rpm. Este foi um marco

importante no colecionismo musical – e, evidentemente, o embrião de um mercado ainda desconhecido que viria a movimentar somas incalculáveis de dinheiro a partir de meados do século XX, o *show business*. Dos discos de 78rpm, passando pelas fitas de rolo, pelos long-plays de 33 rpm, pelas fitas cassete e tantos outros suportes, até chegarmos aos recentes formatos digitais, uma história de colecionismo se desenvolveu no mundo inteiro. Não só bibliotecas e centro de documentação se dedicaram a armazenar e disponibilizar este tipo de acervo, mas enormes coleções particulares cresceram e chamaram a atenção, inclusive com fins comerciais. O melhor exemplo é o da loja conhecida como Record-Rama, mantida pelo colecionador Paul Mawhinney em Pittsburgh, Estados Unidos. Mawhinney, que iniciou sua coleção particular em 1951, ao inaugurar a loja decidiu manter e arquivar uma cópia de todo disco que vendesse. Por fim, em 2008, a loja foi fechada com um acervo de cerca de 3 milhões de discos, entre compactos e LPs de vinil – uma coleção pelo menos duas vezes maior do que a da Library of Congress, e que inclui um dos primeiros discos de goma-laca, fabricado em 1881.

Mawhinney possuía elementos importantes para a composição de um acervo tão extenso: verba e contatos no mercado fonográfico, fornecedores para a loja que certamente contribuíram para a construção desse ícone do colecionismo musical. Ele afirmava que mantinha a loja porque cada vez que um cliente entrava procurando por alguma raridade sentia-se “fazendo parte da raça humana”. Sem dúvida, a missão de toda biblioteca, de todo centro de documentação, é proporcionar aos seus usuários o contato com a peça, rara ou não, de que necessita – uma missão de humanidade e de compromisso com a pesquisa e o crescimento científico. Uma das instituições brasileiras que mais se dedicam a esta tarefa é a Fundação Biblioteca Nacional, através de sua Divisão de Música e Arquivo Sonoro que, assim como a Record-Rama de Paul Mawhinney, também tem sua história e seus desafios a enfrentar, que veremos a seguir.

Histórico

Até a década de 50, a coleção de fundos ditos musicais no acervo da Biblioteca Nacional permaneceu diluída no acervo geral da instituição. Junto aos livros, manuscritos, periódicos, fotografias e demais documentos, estavam importantes peças da literatura especializada em música, discos, fitas, partituras e muitos outros elementos potencialmente constituintes de um acervo especializado. Em 1952, o Diretor-Geral da Biblioteca, Eugenio Gomes, iniciou a separação e composição de um acervo exclusivamente musical, abrigado temporariamente nos corredores do prédio-Sede. Entretanto, somente em 1960, através do Decreto 48.108, de 13 de abril, foi criada na estrutura da Biblioteca Nacional a Seção de Música e Arquivo Sonoro; compunha o acervo da Seção o precioso acervo extraído do material da coleção geral, principalmente peças das coleções Real Biblioteca (trazida pela Corte portuguesa ao Brasil em 1808), Thereza Christina Maria (doadada pelo Imperador D. Pedro II) e Imperatriz Leopoldina, todas com peças importantes como primeiras edições de Mozart, Haydn, Beethoven e outros compositores de expressão dos séculos XVIII e XIX – um exemplo de colecionismo musical da nobreza de que já falamos. Posteriormente, somou-se uma coleção particularmente importante como a de Abraão de Carvalho, adquirida em 1950 e recebida em 1953 pelo então Diretor-Geral da Biblioteca Nacional Celso Cunha, que contava com mais de 19 mil títulos e constituía a maior coleção especializada em música da América Latina. Na época, cabia à nova Seção uma pequena sala no quarto pavimento do prédio Sede da Biblioteca. Antes de sua oficialização, em 1960, o acervo ficava acomodado nos corredores do quarto andar.

Capitaneando a estruturação da Seção estava a musicóloga e bibliotecária Mercedes Reis Pequeno, responsável pela Seção até o

ano de 1990. Inicialmente sozinha, Mercedes dedicou-se a identificar e tratar tecnicamente as importantes peças do acervo, começando pelas peças nas coleções Thereza Christina Maria e passando por primeiras edições de compositores nacionais e internacionais; manuscritos autógrafos de importantes compositores brasileiros como Guerra-Peixe, Villa-Lobos, Ernesto Nazareth, Chiquinha Gonzaga, Francisco Mignone; literatura de cordel, arquivos de correspondências, fotografias, recortes, partituras; arquivos sonoros de discos, CDs, fitas cassete e de rolo. Deste trabalho, e da verificação da importância das tipologias documentais contidas numa coleção musical, nasceu o ofício da Direção da Biblioteca pedindo área especial para instalação do arquivo sonoro, em 1971. Em maio de 1981 o Ministério da Educação expediu a Portaria n. 348, cedendo à Biblioteca o espaço do terceiro andar do Palácio Gustavo Capanema, um marco da arquitetura modernista no centro do Rio de Janeiro; assim, em 1982 concluiu-se a mudança da Seção de Música para o antigo prédio do MEC.

A Embratel, Empresa Brasileira de Telecomunicações, esteve presente em vários momentos de evolução importantes do acervo musical da Biblioteca. Em 1993, assinou acordo com a Fundação Biblioteca Nacional (criada em 1990) e com a Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional (Sabin) para iniciar a automação das bases de dados e do Arquivo Sonoro; na época, técnicos da FBN e da Fundação Getúlio Vargas foram consultados para a elaboração das normas específicas para catalogação do acervo musical. Em 1998, seu patrocínio permitiu a reforma física da Divisão, com melhorias no que tange aos padrões e exigências para armazenamento do acervo, restauração e substituição do mobiliário e equipamentos de som e avanços significativos na informatização do acervo, incluindo acesso remoto que, à época, constituía uma novidade importante. Além da reforma física, o projeto da Reforma foi composto de seis módulos, e abarcou as etapas de digitalização de 130 partituras de 16 autores e

conversão para arquivos Midi; criação de banco de dados bibliográfico em MicroISIS para os acervos sonoro e de partituras; criação de banco de dados iconográfico com possibilidade de acesso pela Internet; criação de interface para acesso multimídia online; inventário da coleção de quase 19 mil discos em 78rpm. O banco de dados gerado em MicroISIS foi convertido para o OrtoDocs, software então utilizado pelos demais setores da Biblioteca, em 1999.

Ao longo do tempo, a Divisão de Música marcou presença em diversas exposições da Biblioteca Nacional, propiciando ao público pesquisador a oportunidade de conhecer um pouco de seu precioso acervo. Sob a batuta da chefe da Divisão, Mercedes Reis Pequeno, foram 38 exposições e muitas delas tiveram edição de catálogos. Nesta frutífera história, podemos destacar as seguintes:

1954 – Literatura Musical nos Séculos XVI, XVII e XVIII
Mostra da Biblioteca Abraão de Carvalho

1955 – Edições Raras de Obras Musicais da Coleção Thereza
Christina Maria

1956 – Exposição comemorativa do 2. Centenário de
Nascimento de W. A. Mozart

1959 – Sesquicentenário da morte de Joseph Haydn
Exposição comemorativa do Bicentenário de Morte de Georg
Friedrich Haendel

1960 – Exposição comemorativa do sesquicentenário de
nascimento de Fryderyk Chopin

1962 – Música no Rio de Janeiro Imperial: 1822-1870 (na
apresentação do catálogo da exposição, Adonias Filho,
Diretor-Geral da Biblioteca, diz que “completando seu

primeiro decênio, a Seção de Música revela-se ao grande público em sua inteira significação cultural”)

1963 – Exposição comemorativa do Centenário de Nascimento de Ernesto Nazareth

1964 – Exposição comemorativa do Centenário de Nascimento de Alberto Nepomuceno
Exposição comemorativa do Cinquentenário da Morte de Gaspar Viana e Glauco Velasquez

1965 – Rio Musical: crônica de uma cidade

1967 – Exposição comemorativa do 2º. Centenário de Nascimento de José Maurício Nunes Garcia

1968 – Exposição comemorativa do Centenário de Nascimento de Francisco Braga (com peças da Escola Nacional de Música, Museu do Teatro Municipal, Banda do Corpo de Bombeiros e Banda dos Fuzileiros Navais)

1974 – Três Séculos de Iconografia da Música no Brasil

1977 – Exposição comemorativa do 60. Aniversário da estada de Darius Milhaud no Brasil (1917-1918)

1978 – Exposição comemorativa do tricentenário de nascimento de Vivaldi

1979 – Instrumentos musicais de indígenas brasileiros

1983 – Acervo Precioso, mostra do acervo geral da BN em que compareceu com 9 peças da Coleção Abraão de Carvalho

1991 – Mozart no Rio de Janeiro oitocentista

1999 – 100 Anos de Nascimento de Ataulfo Alves

Mais recentemente, a Biblioteca promoveu as mostras “É com esses balangandãs que eu vou: 100 anos de Carmen Miranda na Biblioteca Nacional” (2009), “Villa-Lobos: o educador das massas” (2009) e “100 Anos de Herivelto Martins” (2010). Em 2011, em homenagem à bibliotecária que chefiou a Dimas por quase quarenta anos, a Divisão organizou a mostra “90 Anos de Mercedes Reis Pequeno”.

Situação atual

A atual Divisão de Música e Arquivo Sonoro (Dimas), integrante da Coordenadoria de Acervo Especial do Centro de Referência e Difusão da Biblioteca Nacional, é o maior centro de documentação musical da América Latina. Composta de mais de 250 mil peças, a maior coleção é a de partituras, com mais de 237 mil exemplares; a estas somam-se livros, periódicos, programas de concerto, discos de 78 rpm, discos de vinil em 45 rpm e 33 rpm, CDs, DVDs, obras raras e fotografias. A Dimas é uma exceção dentro da estrutura da Biblioteca Nacional: enquanto todos os demais setores de guarda de acervo são determinados por sua tipologia documental, a Divisão de Música é uma biblioteca temática. Os pesquisadores que lá se encontram deparam-se com uma vitrine de peças significativas, como o violino de estudos do Maestro Guerra-Peixe, batutas, instrumentos musicais e memorabilia em geral. Na sala também há um piano de armário, comprado na década de 80, e utilizado pelos usuários da Divisão para reconhecimento de partituras.

A literatura de cordel está presente em pequeno número no acervo desde 1985, quando o pesquisador Bráulio Nascimento, assessor da Direção da Biblioteca, solicitou à Seção de Música que tratasse e armazenasse os cordéis. Por decisão de Comissão Interna

responsável pela avaliação dos acervos, decidiu-se manter na Dimas apenas os folhetos lá depositados desde 1985 até 2008; o acervo corrente passou a ser depositado na Divisão de Obras Gerais, onde teve um incremento substantivo por conta de uma ação conjunta entre órgãos detentores de acervos dessa natureza, para inventário e distribuição de duplicatas. Tal ação foi motivada pela solicitação do registro do cordel como Patrimônio Imaterial brasileiro junto ao Iphan em 2012, em consonância com as iniciativas do próprio Ministério da Cultura para a valorização do cordel como expressão genuína da cultura brasileira.

Em 2009, o acervo da Divisão obteve um importante reconhecimento ao inscrever a coleção dos manuscritos musicais de Carlos Gomes no registro nacional do Programa Memória do Mundo da Unesco – um dos seis conjuntos documentais da Biblioteca que já foram reconhecidos pelo Programa. Fazem parte da coleção os originais das óperas “Fosca”, “Salvator Rosa”, “Maria Tudor” e “Il Guarany”, esta última famosa por ser a vinheta de abertura do programa radiofônico “A Voz do Brasil”, de divulgação oficial do Governo Federal.

Para cuidar desse acervo tão especial, a Dimas conta com uma equipe de dezesseis pessoas, entre bibliotecários, técnicos em documentação e estagiários. Atende uma média mensal de 100 pessoas, dando acesso a cerca de 500 documentos por mês. Em 2013, já foram incorporados ao acervo mais de 300 álbuns, cerca de 300 CDs, 300 partituras e quase 900 fascículos de periódicos especializados. Atualmente, estão disponíveis na busca em seus catálogos mais de 30 mil partituras, 10 mil discos e cerca de 8 mil livros. Todo o material corrente está sendo catalogado segundo as normas do Código de Catalogação Anglo Americano 2ª. ed., usando a lista de cabeçalhos de assunto da BN, baseada na lista da Library of Congress.

Desafios da Biblioteca Nacional: Depósito Legal e direitos autorais

Sendo a Biblioteca Nacional um acervo prioritariamente de memória e preservação, os desafios para manter a coleção são grandes numa era de acesso instantâneo a informação e crescente valorização do efêmero. A Biblioteca Nacional do Brasil é a única beneficiária do mecanismo do Depósito Legal em âmbito nacional: a Lei 10.994, de 2004, prevê que pelo menos um exemplar de “todas as publicações, produzidas por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda” (Brasil, 2004) em território brasileiro seja encaminhado para composição do acervo da Biblioteca Nacional. Em 2010, essa legislação foi reforçada com a promulgação da Lei 12.192, que trata especificamente do depósito de obras musicais e diz que “Para os efeitos desta Lei, consideram-se obras musicais partituras, fonogramas e videogramas musicais [...]” (Brasil, 2010). Consultada sobre a viabilidade técnica da execução do proposto nesta Lei, a Biblioteca Nacional posicionou-se contrariamente, dado que, no âmbito de uma biblioteca, todo material constituinte de acervo é material bibliográfico – portanto, contemplado no escopo da Lei 10.994. De outro modo, a redação de uma segunda lei versando sobre o mesmo tema dá a entender que partituras, fonogramas e videogramas não seriam publicações. No mesmo parecer, foi colocada a necessidade de sanar-se o real problema da legislação brasileira do Depósito Legal: o fato de que a primeira lei – e, posteriormente, nenhuma das duas leis – foi regulamentada, o que impacta profundamente em seu efetivo cumprimento. Ainda na década de 90, representantes de grandes gravadoras foram convidados a comparecer em cerimônia na Biblioteca, ocasião em que se comprometeram a encaminhar sua produção.

Contudo, é possível inferir que a promulgação da nova lei não teve impacto nenhum no cumprimento do Depósito Legal por parte dos depositantes, uma vez que nos dois anos de maior captação (2011 e 2012) a Divisão de Depósito Legal teve um funcionário dedicado exclusivamente ao contato com editoras e gravadoras para cobrança deste tipo de material, e quando esta dedicação não foi mais possível, a captação caiu novamente.

Tabela 1 – Captação de materiais musicais via Depósito Legal

	2010	2011	2012	2013*	TOTAL
CDs	789	1317	1080	371	3557
DVDs	101	199	282	100	682
Partituras	4	36	10	1	51
TOTAL	894	1552	1372	472	4290

* parcial até setembro

Um dos grandes problemas para a manutenção do Depósito Legal como fonte exaustiva de captação de material sonoro é o fato de não haver regulamentação razoável do depósito de material digital. A Lei 12.192, específica para depósito de obras musicais, prevê o envio de duas cópias da obra em qualquer formato, mais uma terceira cópia em formato digital. Com os problemas de espaço cada vez mais graves que a Biblioteca vem enfrentando há muito tempo, informados desde a década de 40 por seus dirigentes em seus relatórios, uma captação de cópias nesta rotina torna-se inviável. Assim, as responsáveis pela curadoria do acervo e pela captação do Depósito Legal, considerando que a exigência para materiais bibliográficos da Lei 10.994 é de “no mínimo um exemplar”, e que a conversão para o formato digital poderia ser feita no momento mais oportuno para a Biblioteca, decidiram pela exigência de apenas um exemplar também das obras musicais.

Além do Depósito Legal, concorrem para a composição do acervo da Divisão, doações e permutas recebidas das mais diversas fontes. Podemos destacar as doações periódicas oferecidas pelo sr. Fernando Guerra-Peixe, estudioso do samba de carnaval carioca, que gentilmente atualiza a coleção de periódicos da escola Estação Primeira de Mangueira com as publicações relativas aos desfiles da Escola no Carnaval carioca. Recentemente, trabalhando junto à Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa), está compilando a história da instituição e mapeando o material por ela já publicado, compondo uma coleção preciosa sobre o samba e o carnaval carioca que será armazenada e tratada na Biblioteca.

Para cumprir seu papel de acervo de memória, é imperativo o investimento em condições de preservação e restauração, bem como um incremento constante no espaço para acomodar a coleção que cresce sem parar. Para tanto, foi montada ainda em 2005 uma estação de trabalho da Coordenadoria de Preservação junto à Dimas, responsável exclusivamente pela higienização e preservação das peças do acervo da Divisão. Esta ação veio ao encontro de uma necessidade que foi mostrando-se cada vez maior, como, por exemplo, na ocasião da higienização das quase 2 mil partituras da coleção Pascoal Segretto, em 1993, posteriormente acondicionadas em doze caixas exclusivas. Estão em estudo também propostas para a otimização da área de acervo, atualmente com cerca de 280m², como a instalação de estanterias deslizantes e armários e um arquivo deslizante para armazenamento de CDs e DVDs no arquivo sonoro, com área atual de pouco mais de 60 m². Além disso, a instalação de um ar-condicionado que melhore as condições térmicas está sob avaliação e em breve um sistema de detecção e alarme contra incêndios deverá ser instalado. É importante lembrar que estas iniciativas precisam contar com a anuência não só da administração

da FBN, mas também do condomínio do Palácio Capanema, edifício tombado pelo Iphan e cujas obras necessitam de prévia aprovação.

Também estão em projeto ações de remodelação da área dedicada às exposições, incluindo o desenho de novo mobiliário e a transferência do balcão de recepção e atendimento para o hall de entrada, melhorando também a segurança do acervo. Nesse mesmo sentido, está em andamento a implantação de um sistema de segurança eletrônico, incluindo circuito fechado de câmeras integrado aos sistemas do prédio-Sede do Palácio Capanema.

Todas as ações de preservação são fundamentais para o cumprimento da missão da Biblioteca, mas também é crucial permitir o acesso ao material. No momento, o acesso ao conteúdo dos DVDs da Divisão está prejudicado pela falta de equipamentos para reprodução. Entretanto, em outra frente de trabalho, uma parceria com a Biblioteca Nacional Digital se dedica a digitalizar acervos antigos e de obras em domínio público, a fim de permitir o acesso remoto aos materiais preciosos da coleção. Exemplo disso são os catálogos das exposições já citadas, que encontram-se disponíveis para consulta no site <http://bndigital.bn.br>, e o projeto Passado Musical, de que falaremos mais adiante.

É evidente que nem tudo que há no acervo pode ser disponibilizado por uma questão delicada e que atinge não só a pesquisa em música, mas em todas as áreas: os direitos autorais dos envolvidos nas obras consultadas, atualmente regidos pela Lei 9610/98. Estas restrições dificultam não só a disponibilização das obras para consulta, mas principalmente a sua reprodução. É importante entender que no conceito de direito autoral de uma obra estão contemplados os aspectos morais, de criação, e patrimoniais, de natureza econômica. Quando da criação de uma obra, é seu autor o detentor de todos os direitos incidentes, morais e patrimoniais. Se eventualmente o autor ceder o direito patrimonial, ainda assim será o

detentor do direito moral, sendo o direito patrimonial então propriedade do “Titular”.

No âmbito específico da criação musical, estão protegidas pela legislação autoral as composições musicais, letradas ou não, e as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, incluindo obras cinematográficas. Em se tratando especificamente de obras musicais, incidem também sobre elas os chamados direitos conexos, relativos exclusivamente à reprodução ou execução da obra. Nesta categoria incluem-se os direitos dos intérpretes ou executantes da obra, dos produtores fonográficos e das empresas de radiodifusão. Entretanto, se a melodia for transposta para partitura por um terceiro não envolvido na composição ou execução, este não é considerado autor e, portanto, não tem direitos autorais.

Na prática, ocorre que para as composições musicais os autores, tanto de letra quanto de melodia, cedem seus direitos patrimoniais às editoras. No que tange às obras audiovisuais, considera-se que a obra é a execução de uma concepção do diretor e ele, portanto, é o detentor dos direitos morais. A lei 9.610/98, entretanto, abre uma brecha neste item e considera coautores da obra audiovisual o autor do argumento e o diretor. Os compositores das trilhas sonoras de obras audiovisuais, portanto, autorizam o uso de sua composição, ou cedem ou transferem os seus direitos patrimoniais para o produtor da obra. Em se tratando de animações, os ilustradores também são considerados coautores, que, do mesmo modo que os compositores de trilhas sonoras, cedem seus direitos patrimoniais em favor do diretor. Atualmente, o prazo de proteção dos direitos patrimoniais do autor de obras audiovisuais é de 70 anos, a contar de 1º. de janeiro do ano seguinte ao da divulgação da obra. Do mesmo modo, os direitos conexos relativos aos fonogramas também perduram por setenta anos. Findo esse prazo, as obras caem no

chamado domínio público, aquele conjunto de obras cuja vigência de direitos patrimoniais já expirou.

Além de todas estas particularidades, a Lei 9.610/98 ainda impõe uma série de restrições específicas para obras fonográficas e audiovisuais; por exemplo, o seu artigo 29, par. VIII, prevê que depende de autorização prévia do autor a utilização da obra, direta ou indireta, mediante execução musical, radiodifusão sonora ou televisiva, sonorização ambiental, exibição audiovisual, entre outros. Ou seja: como se vê, existe uma miríade de exigências a serem observadas para garantir o acesso ao material, mesmo – e principalmente – aquele armazenado na Biblioteca Nacional.

Produtos, serviços, divulgação do acervo

Com um acervo tão precioso, é natural que a Divisão de Música tenha material suficiente para gerar produtos e serviços à comunidade. Além das já citadas grandes exposições, periodicamente a Dimas faz pequenas mostras homenageando efemérides. A Biblioteca também se encarrega de fomentar o acesso ao acervo através do investimento em projetos e eventos e na melhoria de suas ferramentas de gerenciamento dos acervos.

Os eventos estão na pauta da Divisão desde o início. Em 1978, por ocasião da criação de um Centro de Documentação da Música Europeia do Século XX, promoveu-se um concerto de quarteto de cordas da Escola de Música da UFRJ. O Centro foi criado com doações de seis países, que em conjunto doaram 165 partituras e dez discos para compor o acervo inicial que, infelizmente, não teve continuidade. Em 1994, promoveu-se o Festival Lizst, uma apresentação de peças do compositor húngaro interpretadas por pianistas brasileiros. A Biblioteca Nacional também é palco do Projeto Música no Museu

desde 2004. O projeto foi inaugurado em 1997 pelo violonista Turíbio Santos no Museu Nacional de Belas Artes e recebeu a Ordem do Mérito Cultural em 2008 e o título de Instituição Educacional em 2013. A ideia é aproveitar-se do espaço de museus, bibliotecas, centros culturais e igrejas para promover concertos gratuitos de música erudita e popular, e foi expandido para outras cidades com o mesmo êxito do Rio de Janeiro.

É preocupação também da Dimas funcionar como centro de e para capacitação em documentação musical. Já em 1978, também por ocasião da criação do Centro de Documentação de Música Europeia, o maestro Hans-Joachim Koellreutter, Diretor do Instituto Cultural Brasil-Alemanha, ministrou um ciclo de oito palestras intitulado “Introdução à Música do Século XX”. Em 1995, a equipe da Divisão de Música e Arquivo Sonoro preparou e ministrou um curso sobre coleções especiais na área de música, para oferecer subsídios para a organização e processamento técnico destes acervos. Em 1996, a Biblioteca assessorou com o acervo da Dimas o projeto de dissertação de mestrado do maestro Silvio Barbato, de uma reedição crítica de “O Guarani”, de Carlos Gomes. A dissertação, defendida na Universidade de Chicago, seria sucedida por uma tese de doutorado na mesma universidade, mas os planos de Barbato foram interrompidos pelo seu precoce falecimento em 2009. No mesmo ano, com patrocínio da Embratel, teve continuação a digitalização das partituras do acervo da Dimas através da instalação da interface Midi, iniciada com as partituras de Ernesto Nazareth.

De todos os projetos e iniciativas de difusão do acervo musical da BN, certamente o mais robusto é o projeto Passado Musical. Inicialmente um projeto capitaneado pela PUC-Rio, tendo por base o acervo da Biblioteca Nacional e patrocínio da Petrobras através da Lei Rouanet, o projeto se propunha a digitalizar e disponibilizar as

músicas contidas em discos de 78rpm. O projeto iniciou em 2005, com a seleção de cerca de 4 mil discos em goma laca ou acetato, de música brasileira, do acervo da Dimas. A seleção do acervo foi feita com base na Enciclopédia da Música Brasileira e na Discografia Brasileira 78rpm, duas obras de referência na área. Para serem tratados, os discos foram higienizados e acondicionados em novos envelopes no novo Núcleo de Conservação, lá instalado para tratar exclusivamente destes materiais. A etapa posterior, de tratamento técnico, envolveu o desenvolvimento de um banco de dados pelo Lambda – Laboratório de Automação de Museus, Bibliotecas Digitais e Arquivos. O sistema foi baseado no software ISIS da Unesco, e teve adaptações como máscara para preenchimento de campos Marc e ISAD (Descrição Arquivística Internacional Padronizada).

Inicialmente, as músicas foram digitalizadas em formato .wav e .mp3 pela empresa DocPro e armazenadas em banco de dados da PUC-Rio. Na catalogação e indexação das músicas, inicialmente realizados por uma arquivista e quatro estagiários, foram atribuídos assuntos em português e inglês, sem controle de autoridade – ou seja, sem a devida padronização. Mais tarde, o banco de dados com cerca de 8 mil músicas foi cedido integralmente à Biblioteca Nacional; na migração, foram acrescentados campos Marc ao formulário de inserção de dados, permitindo inclusive a atribuição de URLs para os arquivos digitais. As peças em domínio público são disponibilizadas na íntegra, e as demais possuem apenas 10 segundos disponíveis online, sendo sua consulta integral permitida somente na própria Divisão.

A interface de busca e o armazenamento destas obras foram incrementados significativamente no ano de 2013, com a aquisição e implantação integral do novo datacenter da Biblioteca, com capacidade total de 2 petabytes de armazenamento. Também é notável a melhoria no tratamento e recuperação da informação

propiciada pela migração para o software gerenciador de bibliotecas Sophia, instalado em 2013. Mais amigável e intuitivo, o banco de dados possibilita a exportação de dados também no padrão Dublin Core e, como projeto em andamento, a BN Digital trabalha na instalação de um banco com permissão de *streaming* para reprodução integral dos arquivos de áudio. Os arquivos da Dimas disponíveis para consulta online incluem também cerca de 150 arquivos .mid de músicas em domínio público, pouco menos de mil partituras pertencentes à Coleção Thereza Christina Maria e cerca de 100 libretos da Real Biblioteca, todos em arquivos antigos, digitalizados ainda fora do padrão que hoje a Biblioteca Nacional Digital exige.

O software Sophia também será implantado para os acervos bibliográficos da BN, integrando todas as bases de dados dos diversos acervos em uma só busca. Numa primeira etapa, a ser concluída ainda em 2013, serão migradas para o Sophia as bases de livros, periódicos e autoridades; posteriormente as bases dos acervos especializados serão incorporadas – entre elas, a da Divisão de Música e Arquivo Sonoro.

Entre artefatos históricos, nobres coleções, diversidade de formatos de registro e armazenamento e o desafio da música digital, a Dimas procura fazer jus ao tamanho de seu acervo e de sua responsabilidade como maior centro de documentação musical da América Latina, integrante de uma das dez maiores bibliotecas do mundo. Infelizmente, o senhor Paul Mawhinney, que antes sentia-se parte da raça humana ao ajudar os clientes com suas raridades, desistiu do negócio e, melancolicamente, entendeu que “ninguém dá a mínima” para o trabalho ao qual dedicou sua vida inteira. Crítico da música digital, para ele os discos de vinil é que conservam a música em sua íntegra, sem a compressão de agudos e graves causada pela conversão para o formato digital. A Library of Congress avaliou sua

coleção de LPs do período entre 1948 e 1966, e identificou que apenas 17% de todo o material está disponível em CDs. Apesar disto, não se interessou em adquirir o acervo, provavelmente pelo valor elevado de uma coleção deste porte. Ou seja: preservar os artefatos musicais deve ser uma tarefa conjunta, desempenhada por diversas instituições, que também tenham em mente a filosofia da Biblioteca Nacional de servir de referência para as futuras gerações. O essencial é manter-se fugindo da ideia de que “ninguém dá a mínima” para a cultura e buscando seu espaço com a promoção adequada de seu acervo.

Referências

BRASIL. Lei n. 10994, de 14 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10994.htm>. Acesso em: 06 out. 2013.

BRASIL. Lei n. 12192, de 14 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o depósito de obras musicais na Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/821152/lei-do-deposito-legal-de-obras-musicais-lei-12192-10>>. Acesso em: 06 out. 2013.

BRASIL. Lei n. 9610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm>. Acesso em: 08 out. 2013.

AGRADECIMENTOS

A redação deste texto não seria possível sem a colaboração de Alessandra Moraes, Angela Bettencourt e Mônica Carneiro.

